

RESENHA

CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A. (Org.). **Psicologia ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente**. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2018. 269 p.

Bárbara Oliveira de Moraes

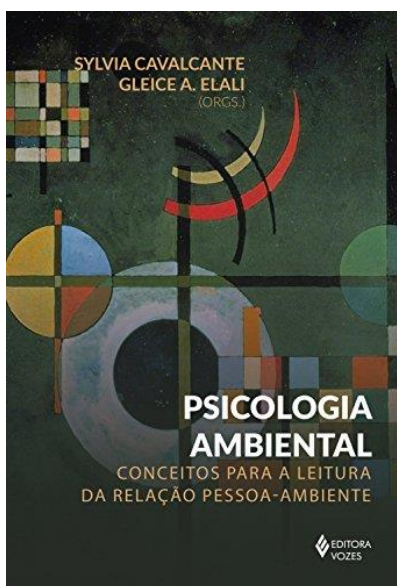
Mestranda em Práticas em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal Rural Fluminense – UFRRJ.

bomoraais@gmail.com / <http://orcid.org/0000-0002-6089-7134>

Alexandre Ferreira Lopes

Professor Doutor do Programa de Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal Rural Fluminense – UFRRJ.

alexandrelopes@ufrrj.br



Publicado em 2018, o livro “Psicologia ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente” é a soma da investigação de professores e pesquisadores associados ao Grupo de Trabalho em Psicologia Ambiental da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) e de autores de outros países. Escrito por trinta e duas mãos e organizado em vinte e três capítulos, os temas foram apresentados em ordem alfabética, porém, podem ser subdivididos em três grupos:

- 1) Temas que já foram e são amplamente discutidos em diferentes campos de conhecimentos e que a partir da contribuição da Psicologia Ambiental trazem novos olhares: (Cap.11) Justiça ambiental; (Cap. 12) Mobilidade; (Cap. 14) Paisagem; (Cap. 17) Permacultura; (Cap. 20) Sustentabilidade;
- 2) Temas trabalhados nas ciências humanas e sociais, que através da contribuição da Psicologia Ambiental poderão ser consolidados: (Cap. 1) Ambiência; (Cap. 2) Conscientização; (Cap. 8) Escolha ambiental; (Cap. 6) Enraizamento; (Cap. 9) Espaço defensável; (Cap. 13) *Open spaces*; (Cap. 15) Perambular; (Cap. 16) Percepção de risco; (Cap. 21) Territorialidade; (Cap. 23) *Wayfinding*;
- 3) Temas que se originaram na Psicologia Ambiental e que se desenvolveram a partir dela: (Cap. 3) Crenças e atitudes ambientais; (Cap. 4) Docilidade ambiental; (Cap. 5) Emoções e afetividade ambiental; (Cap. 7) Escala e experiência ambiental; (Cap. 10)

Espaço pessoal; (Cap. 18) Privacidade; (Cap. 19) Responsabilidade socioambiental; (Cap. 22) Validade ecológica.

Um dos diferenciais da obra é que ao longo dos capítulos há a exposição do tema que será tratado, exibido através de um resumo intitulado “Entendimento Geral”. Ao término de cada capítulo há também o convite para visita dos capítulos que se relacionam ao título lido, servindo, portanto, de leituras complementares ao entendimento da temática abordada.

O livro demonstra a exigência de discussões das chamadas “questões ambientais”, reforçando a importância de que estas sejam entendidas na verdade como “questões humano-ambientais” (p. 9). Visando seguir a exposição por ordem alfabética, conforme a distribuição do livro, serão discutidos a partir de agora os principais apontamentos de cada capítulo.

No capítulo 1 (p. 9-25), intitulado “Ambiência” tem-se a tradução da obra de Jean-Paul Thibaud por Sylvia Cavalcante. Fruto da questão de pesquisa “Que modelo de inteligibilidade da percepção permite precisar e clarificar a noção de ambiência?” (p. 13), o autor teve como objetivo considerar a ligação entre ambiência e percepção, chamada por este de ligação estreita. Estreita, porque necessita romper a abordagem restrita ao que os olhos podem ver. Trata-se de abordagem fenomenológica da percepção.

O segundo capítulo (p. 26-35), “Conscientização” foi elaborado por Nóbrega, Elias e Ferreira (2018). Compreendeu-se que os temas tratados no campo da Psicologia Ambiental poderão ser mais bem tratados através do conceito desenvolvido por Paulo Freire, que integrou tal conceito a sua proposta pedagógica. Os autores apresentaram a perspectiva freireana e sua compreensão da relação dialética entre a ação humana e o ambiente.

No capítulo seguinte (p. 36-46), “Crenças e atitudes ambientais” de autoria de Pato e Higuchi (2018), encontra-se dividido em subtópicos que reuniram os conceitos de crenças e atitudes ambientais, tal como a separação entre medidas de crenças ambientais e medidas de atitudes ambientais. Na visão dos autores estes são conceitos centrais que podem servir como indicadores do constructo teórico, auxiliando na compreensão do comportamento humano. Entretanto, demonstraram que há uma diversidade teórica e metodológica que necessitam de maior aprofundamento devido à complexidade da relação pessoa e ambiente.

O capítulo 4 (p. 47-59), “Docilidade Ambiental” foi elaborado por Günther e Elali (2018). Assumiu-se como hipótese de que “(...) a docilidade ambiental indica que quanto maior é o descompasso entre as habilidades das pessoas e as demandas sobre ela, maiores são os impactos dos fatores ambientais” (p. 47). Exemplos foram discutidos acerca das

necessidades espaciais de cada fase de desenvolvimento do indivíduo. Tal discussão permitiu um novo enfoque da docilidade ambiental que trabalha em sua maioria com questões ligadas ao envelhecimento.

No que se refere ao capítulo 5 (p. 60-74), de autoria de Bomfim, Delabrida e Ferreira (2018) são apresentadas a importância das emoções para que sejam feitas a avaliação e a transformação dos ambientes, tomando-se a dimensão ética como aquela que cria espaços de interesses e necessidades coletivas ou que se concretiza através de comportamentos ecologicamente responsáveis (p. 60). Para os autores, há uma complexa relação entre as emoções e o ambiente, e que, por essa razão, o efeito das emoções no comportamento podem servir de gatilhos para ações pró-ambientais.

O capítulo 6 (p. 75-88), “Enraizamento” dos autores Massola e Svartman (2018), trazem à tona a diversidade das discussões sobre a definição do termo enraizamento e que estas estão ligadas às noções abordadas no campo da Geografia, Antropologia e da Filosofia. Destaca-se a visão dos autores no conceito de enraizamento na Psicologia Ambiental com o enfoque de articulação entre passado, presente e futuro.

No capítulo seguinte (p. 89-100), “Escala e experiência ambiental” foi elaborado por José de Queiroz Pinheiro que buscou chamar a atenção do leitor para a importância de questões como a extensão temporal e espacial do ambiente que se dá através do envolvimento adquirido na experiência ambiental de cada indivíduo. O autor cita a necessidade de se compreender as escalas temporal e espacial em Psicologia Ambiental, devido o avanço das mudanças climáticas.

O capítulo 8 (p. 101-113), “Escolha ambiental” de autoria de Delabrida e Almeida (2018), contextualizou acerca da multidisciplinaridade do campo de estudo da relação pessoa e ambiente. Propôs-se mostrar os desdobramentos e ligações entre as Psicologias Ambiental e Econômica, além da ligação com o Direito Ambiental. Sobre a ligação existente esta se dá na elaboração das políticas públicas, uma vez que, através das escolhas é que são elaboradas as legislações.

No capítulo 9 (p. 114-118), elaborado por Kuhnen e Da Silveira (2018), “Espaço Defensável (*Defensible space*)”, os autores evidenciaram os estudos desenvolvidos por Newman (1972/1996) que objetivou promover a autonomia de moradores das comunidades em que pesquisou independentemente das ações de gestores públicos. Foram apresentados estudos anteriores que possuíam o mesmo objetivo de Newman: voltados ao conceito de vigilância, dos processos de territorialidade e de apropriação do espaço (p. 117).

O capítulo 10 (p. 119-126) intitulado “Espaço pessoal” é a tradução da obra de Robert Sommer por Isolda Günther. Neste capítulo, o leitor é apresentado ao conceito elaborado pelo autor que se refere a “(...) zona emocionalmente carregada em volta do corpo humano que é sentida pelas pessoas como sendo o seu espaço” (p. 119). São expostos os métodos para investigação do espaço pessoal: os Estudos de Campo e as Simulações. No primeiro, não há a consciência de que os indivíduos estão sendo investigados, enquanto que no segundo método há tal consciência.

A respeito do capítulo 11 (p. 127-140), de autoria de Almeida e Gurgel (2018), “Justiça Ambiental”, os autores reforçaram que no Brasil os estudos são emergenciais à medida que a temática do meio ambiente, de questões sociopolíticas, culturais e econômicas fazem parte da arena que dá sentido ao desenvolvimento humano: as interações sociais. Tem-se o enfoque do meio ambiente debruçado na perspectiva da inter-relação pessoa-ambiente, que se relacionam e se influenciam reciprocamente.

No decorrer do capítulo 12 (p. 141-148), elaborado por Cavalcante, Mourão e Ferreira (2018), “Mobilidade” supera a ideia de deslocamento. Para os autores, na Psicologia Ambiental estudam-se as relações entre pessoas e ambientes, além de suas influências mútuas. Foram apresentados os diferentes conceitos de mobilidade: urbana, social, profissional, estudantil, de pessoas com deficiência e outras. A mobilidade “(...) articula questões sociais, econômicas e de planejamento das cidades” (p. 147), sendo, portanto, interdisciplinar.

O capítulo 13 (p. 149-158), de autoria de Kuhnen, Moreira e Peres (2018), “*Open Spaces* (Espaços livres públicos)” contribuiu com a exposição de estudos sobre o tema e trouxe os desafios metodológicos da investigação na área, dado que os *open spaces* possuem diferentes papéis (funcionais, ambientais, sociais e culturais), variáveis múltiplas e complexas. Foi ressaltada a importância que as ciências humanas possuem na busca por modelos teórico-metodológicos explicativos para que seja possível subsidiarem as diretrizes e políticas públicas para o planejamento dos distintos espaços.

No capítulo 14 (p. 159-166), elaborado por Fedrizzi e Owens (2018), “Paisagem” é definida como a assimilação perceptiva e cognitiva. O enfoque das autoras paisagistas é o de projetar/desenhar espaços abertos com enfoque no ser humano. Na perspectiva utilizada, visou-se entender a influência da paisagem no comportamento humano e a possibilidade do uso dos dados para que sejam projetados ambientes melhores.

O capítulo 15 (p. 167-176), de autoria de Cavalcante, Mourão e Günther (2018), “Perambular” também se refere à mobilidade, entretanto, as indagações propostas se referem ao estudo da Psicologia Ambiental e dos comportamentos de mobilidade dos

indivíduos no ambiente urbano. Uma das indagações se refere à possibilidade de deslocar-se sem propósito (p. 167) e é respondida através do conceito de que perambular é “(...) uma forma de indignar-se e de manifestar-se contra o modelo atual de sociedade” (p. 173), sendo um ato político.

Durante o capítulo 16 (p. 177-185), de autoria de Kuhnen, Bianchi e Akves (2018), “Percepção de risco” é vista como o modo que o ser humano compreende as informações do ambiente com indício de risco. No decorrer do capítulo foram apresentados estudos anteriores elaborados através de revisões sistemáticas. Nas considerações finais levantou-se a necessidade de investigação de como se dá a comunicação dos riscos entre comunidade e autoridades/órgãos públicos.

No capítulo seguinte (p. 186-196), elaborado por Diniz e Araújo (2018), “Permacultura” é compreendida como um Estilo de Vida Sustentável (EVS). O EVS é uma alternativa aos modos de vida atuais e sinaliza para a abertura de um novo caminho para a conservação do meio ambiente, pois abarca as transformações das relações entre pessoa e ambiente. É uma abordagem holística que visa atender tanto as necessidades materiais como imateriais.

O capítulo 18 (p. 197-203), de autoria de Cavalcante e Pinheiro (2018), “Privacidade” é vista pelos autores como uma área carente de maiores estudos que considerem as características da sociedade contemporânea. A privacidade é vista como um caráter intrínseco, pois depende de outras pessoas para que seja estabelecido.

No capítulo 19 (p. 204-216), elaborado por Gurgel e De Almeida (2018), “Responsabilidade socioambiental” foi caracterizada como a responsabilidade que as empresas assumem através do compromisso voluntário, de cuidarem do meio ambiente e da comunidade. Responsabilidade social e sustentabilidade são expostas como interligadas as dimensões sociais, econômicas e ambientais.

O capítulo 20 (p. 217-227), de autoria de Higuchi e Pato (2018), “Sustentabilidade” foi apresentado como o que assume muitas vezes a figura de sinônimo de desenvolvimento sustentável, associando-se a outros termos nas questões ambientais: ecodesenvolvimento, economia verde e sociedades sustentáveis. Na visão dos autores tem-se nas condutas sustentáveis a sustentabilidade como comportamento socioambiental.

No capítulo 21 (p. 228-236), de autoria de Higuchi e Theodorovitz (2018), “Territorialidades” é apresentado como o conceito que permite compreender as interações sociais e que se relacionam com uma multiplicidade de fatores, descrito pelos autores como pessoais, socioculturais ou contextuais. Visto como um bom referencial para o aprofundamento da compreensão do comportamento humano associado ao lugar, os

autores acreditam que estudos na área permitirão investigar as subjetividades e os padrões materiais de indivíduos e grupos.

No decorrer do capítulo 22 (p. 237-249), elaborado por Carvalho e Elali, “Validade Ecológica”, os autores apresentaram segundo os pressupostos de Stokols (1995) as especificidades que as pesquisas da área de Psicologia Ambiental trouxeram: a contribuição para a resolução dos problemas práticos. Sendo que um dos desafios é o de avançar tanto nas pesquisas quanto na construção de teorias contextuais.

Acerca do capítulo 23 (p. 250-260), de autoria de Elali e Pinheiro, “*Wayfinding* (Navegando o ambiente)” foi identificado como o “(...) processo por meio do qual os indivíduos realizam percursos entre pontos do ambiente distantes entre si o suficiente para não serem percebidos a partir de um único olhar” (p. 250). O *Wayfinding* é também conhecido como navegabilidade e não deve ser confundido com cognição ambiental, pois é o processo pelo qual as pessoas realmente navegam através de seu ambiente.

Esta obra reuniu a pluralidade de estudos que poderão contribuir para diferentes áreas que possuam interesse nas relações mútuas entre pessoas e ambientes. No decorrer dos capítulos dialogou-se entre teoria e prática, permitindo que o leitor que não conhecesse os temas abordados tivesse um primeiro contato debruçado em linguagem simples e objetiva, aliada às recomendações de leituras que contribuíam para o avanço da construção do conhecimento face às questões socioambientais e do espaço em que habitamos.

REFERÊNCIAS:

CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A. (Org.) **Psicologia ambiental: Conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente**. Editora Vozes Limitada, 2018. 269 p.

Recebido para avaliação em 12/05/2019

Aceito para publicação em 25/11/2019